

## SUMÁRIO

<b>Abreviaturas</b> .....	19
<b>Nota à Sétima Edição</b> .....	23
<b>Apresentação</b> .....	25
<b>À Guisa de Prefácio — <i>Wladimir Novaes Martinez</i></b> .....	29

### PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 1 — O Estado e a Proteção Social ao Trabalhador</b> .....	33
1.1. Prólogo .....	33
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social .....	35
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade .....	35
1.4. A Assistência Social Estatal .....	36
1.5. A Formação do Conceito de Bem-Estar Social .....	37
1.6. Evolução da Previdência Social — Do Modelo de Bismark ao modelo de Beveridge .....	42
<b>Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social</b> .....	49
2.1. A Intervenção do Estado e a Dignidade da Pessoa Humana .....	49
2.2. A Solidariedade Social .....	51
2.3. A Compulsoriedade da Filiação .....	52
2.4. A Proteção aos Previdentes .....	53
2.5. A Redistribuição de Renda .....	54
2.6. O Risco Social .....	56
2.7. Da Previdência à Segurança Social .....	57
<b>Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social</b> .....	59
3.1. Sistemas Contributivos e Não Contributivos .....	59
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização .....	60
3.3. Sistemas Privados de Previdência .....	61
<b>Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil</b> .....	63
4.1. Primeiras Regras de Proteção .....	64
4.2. A Lei Eloy Chaves .....	65

4.3. Os Institutos de Classe .....	67
4.4. Da Criação do INPS à Constituição de 1988 .....	69
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	71
4.6. A Criação do INSS e as Primeiras Reformas .....	73
4.7. A Emenda Constitucional n. 20 .....	75
4.8. O Fator Previdenciário e o Novo Período Básico de Cálculo ....	80
4.9. As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42 .....	82
4.10 A Emenda Constitucional n. 47/2005 .....	82
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário .....	84
5.1. Conceito e Objeto de Estudo .....	84
5.2. Autonomia Científica .....	86
5.3. Classificação perante a Divisão Didático-Enciclopédica do Direito .....	88
5.4. Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito .....	89
5.5. Fontes do Direito Previdenciário .....	91
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário .....	98
6.1. Antinomias e Critérios de Solução .....	99
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução .....	100
6.3. Interpretação das Normas .....	102
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo .....	103
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço .....	104
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário .....	107
7.1. Princípios Gerais de Direito Previdenciário .....	108
7.2. Princípios Constitucionais da Seguridade Social .....	110
7.3. Princípios Específicos de Custeio .....	112
7.4. Princípios Específicos de Previdência Social .....	116
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários .....	122
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS .....	122
8.2. Regimes de Previdência de Agentes Públicos Ocupantes de Cargos Efetivos e Vitalícios .....	123
8.3. Regime Previdenciário Complementar .....	133
8.4. Regime dos Militares das Forças Armadas .....	137

**PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA**

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social .....	141
1.1. Sistema Nacional de Seguridade Social .....	141
1.2. Ministérios da Área da Seguridade Social .....	142
1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS .....	143
1.4. Gestão Descentralizada .....	144
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS .....	145
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS .....	145
1.7. Conselhos de Previdência Social — CPS .....	147
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS .....	149
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC....	151
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS .....	152
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio .....	155
2.1. Definição da Relação Obrigacional .....	155
2.2. Autonomia da Relação de Custeio .....	157
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária .....	160
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social .....	161
3.1. Segurados da Previdência Social .....	162
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas .....	163
3.3. Matrícula da Empresa .....	164
3.4. Empregador Doméstico .....	166
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos .....	167
3.6. Contribuintes da CPMF .....	167
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social .....	168
4.1. Definição da Relação de Seguro Social .....	168
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação .....	169
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social .....	170
Capítulo 5 — Segurados do Regime Geral de Previdência Social .....	172
5.1. Segurados — Definição .....	172
5.2. Segurados Obrigatórios .....	172
5.2.1. Empregado Urbano e Rural .....	174
5.2.2. Empregado Doméstico .....	186
5.2.3. Contribuinte Individual .....	187

5.2.4. Trabalhador Avulso .....	193
5.2.5. Segurado Especial .....	195
(5.3. Segurado Facultativo .....	198
5.4. A Menoridade e a Filiação como Segurado .....	200
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade .....	202
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados .....	204
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado .....	207
Capítulo 8 — Dependentes .....	213
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes .....	218
9.1. Inscrição dos Segurados .....	219
9.2. Inscrição de Dependentes .....	220
<b>PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	
Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social .....	225
1.1. Sistema Contributivo .....	228
1.2. Participação da União .....	229
1.3. Contribuições Sociais .....	231
1.3.1. Conceituação .....	231
1.3.2. Natureza Jurídica .....	233
1.3.3. Características Gerais .....	235
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social .....	238
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema .....	239
(2.1. Salário de Contribuição .....	239
2.2. Salário-Base .....	247
2.3. Contribuição dos Segurados Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso .....	250
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo ...	251
2.5. Contribuições das Empresas .....	254
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento .....	255
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos .....	257
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais .....	262

2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento .....	266
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS .....	267
2.5.6. PIS/PASEP .....	274
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL .....	276
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES .....	277
2.6. Contribuições do Importador de Bens e Serviços do Exterior .....	280
2.7. Contribuições Decorrentes do Trabalho Prestado em Obras de Construção Civil .....	282
2.7.1. Conceito de Obra de Construção Civil .....	284
2.7.2. Cadastro-Matrícula de Obra de Construção Civil .....	285
2.7.3. Obra de Responsabilidade de Pessoa Jurídica .....	286
2.7.4. Obra de Responsabilidade de Pessoa Física .....	289
2.7.5. Aferição Indireta das Contribuições .....	290
2.7.6. Apuração de Salário de Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura .....	291
2.7.7. Apuração de Salário de Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra .....	292
2.7.8. Retenção na Construção Civil .....	292
2.8. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional .....	293
2.9. Contribuição do Empregador Doméstico .....	294
2.10. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial .....	295
2.11. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica .....	298
2.12. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos ...	299
2.13. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF ...	300
2.14. Contribuições Destinadas a Terceiros .....	301
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social ...	303
3.1. Requisitos para a Isenção .....	305
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção .....	306
3.3. Alcance da Isenção .....	308
3.4. Revisão da Isenção .....	309

Capítulo 4 — Remissão e Anistia .....	311
Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização .....	314
5.1. Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização .....	314
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições .....	315
5.3. Obrigações Acessórias .....	321
5.4. Prerrogativas da Fiscalização .....	324
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios .....	326
5.6. Restituição de Contribuições, Compensação e Reembolso de Benefícios .....	328
5.6.1. Restituição de Contribuições e Compensação .....	328
5.6.2. Reembolso de Benefícios .....	331
5.7. Parcelamento de Débitos .....	332
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS .....	335
5.9. Parcelamento Especial — PAES (REFIS II) .....	337
Capítulo 6 — Responsabilidade Solidária e por Substituição Tributária .....	340
6.1. Construção Civil .....	342
6.2. Grupo Econômico .....	344
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares .....	344
6.4. Tomador de Serviços .....	346
6.5. Administradores Públicos .....	348
6.6. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra .....	349
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social .....	350
7.1. Prescrição na Restituição e Compensação de Contribuições .....	353
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal .....	354
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito .....	355
Capítulo 9 — Constituição do Crédito da Seguridade Social .....	361
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD .....	363
9.2. Auto de Infração — AI .....	363
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal .....	367
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade .....	368

Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial .....	372
Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho .....	386
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo .....	396
12.2. Conflitos de Competência .....	397
12.3. Condição do INSS na Lide Trabalhista .....	399
12.4. Legislação Aplicável .....	399
12.5. Créditos Executáveis .....	400
12.6. As Prerrogativas do INSS .....	404
12.7. Validade do Procedimento .....	406
12.8. O Procedimento da Execução .....	408
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social .....	415
13.1. O Regime da Lei n. 9.983/2000 .....	415
13.2. Apropriação Indébita Previdenciária .....	416
13.2.1. Inocorrência da <i>Abolitio Criminis</i> da Conduta Prevista no Art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91 .....	421
13.2.2. Constitucionalidade .....	423
13.2.3. Tipo Objetivo .....	424
13.2.4. Tipo Subjetivo .....	425
13.2.5. Consumação e Tentativa .....	425
13.2.6. Sujeito Ativo .....	426
13.2.7. Sujeito Passivo .....	428
13.2.8. Crime Continuado .....	428
13.2.9. Ação Penal .....	429
13.2.10. Extinção da Punibilidade .....	430
13.2.11. Adesão ao REFIS e ao PAES .....	433
13.2.12. Perdão Judicial .....	439
13.2.13. Dificuldades Financeiras .....	440
13.2.14. Princípio da Insignificância .....	442
13.2.15. Prisão por Dívida .....	444
13.3. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações .....	444
13.4. Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Infor- mações .....	445

13.5. Sonegação de Contribuição Previdenciária .....	445
13.6. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas .....	447
13.7. Falsidade Documental .....	447
13.8. Falsificação de Documento Público .....	448
13.9. Violação de Sigilo Funcional .....	448
13.10. Equiparação a Funcionário Público .....	449

## PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Introdução .....	453
Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária .....	456
2.1. Suspensão do Benefício .....	460
2.2. Cancelamento do Benefício .....	460
Capítulo 3 — Períodos de Carência .....	462
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício .....	468
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo .....	469
4.2. Fator Previdenciário .....	476
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário ..	479
4.4. Renda Mensal Inicial .....	480
4.5. Valor-Limite dos Benefícios .....	483
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios .....	485
5.1. Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício (Súmula n. 2 do TRF da 4ª Região) .....	487
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência .....	487
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988 .....	488
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos .....	488
5.5. Auto-Applicabilidade do Art. 202, <i>Caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91) .....	490
5.6. Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	490



5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos .....	493
5.8. Valor Mínimo dos Benefícios .....	493
5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989 .....	494
5.10. URP de Fevereiro de 1989 .....	494
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989 .....	494
5.12. Expurgos Inflacionários .....	495
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 ...	495
5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93 .....	496
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94 .....	497
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso .....	498
5.17. Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994 .....	500
5.18. Reajustamento dos Benefícios pelos Índices Integrais do IGP-Di nos Meses de Junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 .	501
5.19. Revisão da Renda Mensal da Pensão por Morte .....	501
5.20. Demais Revisões Decorrentes da Lei n. 9.032/95 .....	503
5.21. Aplicação do Novo Teto dos Benefícios Fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003 .....	505
5.22. Primeiro Reajuste após a concessão do Benefício .....	506
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios .....	507
6.1. Pagamento Feito a Terceiros .....	509
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício .....	510
6.3. Acumulação de Benefícios .....	512
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais .....	515
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária .....	515
7.2. Conceito de Acidente do Trabalho .....	518
7.3. Doenças Ocupacionais .....	521
7.4. Nexo Causal e Concausalidade .....	523
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente .....	525
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT .....	525
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços .....	527
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador .....	527

7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador .....	528
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social .....	528
7.7.4. Responsabilidade Penal .....	528
7.7.5. Sanções Administrativas .....	529
7.8. Direito à Indenização Civil .....	529
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador ...	536
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado .....	538
Capítulo 8 — Benefícios em Espécie .....	543
8.1. Aposentadoria no RGPS .....	543
8.1.1. Direito à Desaposentação .....	545
8.1.2. Aposentadoria e Vínculo de Emprego .....	548
8.2. Aposentadoria por Invalidez .....	554
8.3. Aposentadoria por Idade .....	561
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço .....	568
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição .....	570
8.5.1. Aposentadoria do Professor .....	573
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria .....	574
8.6. Aposentadoria Especial .....	574
8.7. Pensão por Morte .....	590
8.8. Auxílio-Doença .....	599
8.9. Auxílio-Reclusão .....	606
8.10. Auxílio-Acidente .....	611
8.11. Salário-Família .....	616
8.12. Salário-Maternidade .....	620
8.13. Abono Anual .....	628
8.14. Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente .....	629
Capítulo 9 — Benefícios Extintos .....	634
9.1. Renda Mensal Vitalícia .....	634
9.2. Auxílio-Natalidade .....	635

9.3. Auxílio-Funeral .....	636
9.4. Pecúlio .....	636
9.5. Abono de Permanência em Serviço .....	637
9.6. Aposentadorias Diferenciadas .....	637
Capítulo 10 — Serviços .....	639
10.1. Serviço Social .....	639
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional .....	639
Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários .....	642
11.1. Prova do Tempo de Contribuição .....	647
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação .....	653
11.3. Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição .....	653
11.4. Justificação Administrativa .....	658
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição .....	660
11.6. Regime de Economia Familiar .....	661
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência em Matéria de Benefícios .....	664
12.1 Prescrição do Direito a Prestações .....	664
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário .....	666
Capítulo 13 — Ações Previdenciárias .....	668
13.1. Competência para as Ações Previdenciárias .....	669
13.1.1. Prestações Comuns .....	669
13.1.2. Competência Federal Delegada .....	670
13.1.3. Ações Acidentárias .....	672
13.1.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial .....	673
13.2. Prévio Ingresso na Via Administrativa .....	675
13.3. Pagamentos Devidos pelo INSS .....	677
13.3.1. Evolução Legislativa .....	678
13.3.2. Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	679
13.3.3. Pagamento por Precatório .....	680
13.4. Idosos .....	682
13.5. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....	682

**PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Contemporâneo ....	695
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado .....	706
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira .....	717
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira .....	726

**APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE  
EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA**

Supremo Tribunal Federal .....	750
Tribunal Federal de Recursos .....	753
Superior Tribunal de Justiça .....	756
Tribunal Superior do Trabalho .....	759
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST.....	764
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias).....	767
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST.....	768
Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios coletivos (SDC) do TST.....	768
Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	768
Tribunal Regional Federal da 2ª Região .....	770
Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	771
Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	771
Tribunal Regional Federal da 5ª Região .....	773
Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	774
Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região .....	776

**ANEXOS**

Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS .....	777
Tabelas de Contribuições Mensais .....	781
<b>Bibliografia</b> .....	817